

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.242 - SP (2018/0259285-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : VANESSA MOTTA TARABAY - SP205726
RECORRENTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : VANESSA MOTTA TARABAY E OUTRO(S) - SP205726
RECORRIDO : ANTONIO SALVADOR GONCALVES
RECORRIDO : ANTONIO RODRIGUES FONSECA
RECORRIDO : FRANCISCO DE ASSIS COUPE
ADVOGADO : WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : EDSON PEREIRA
RECORRIDO : EWEL PEREIRA
RECORRIDO : EVANIR MOREIRA DO NASCIMENTO
RECORRIDO : ERANIR SIPRIANO DA SILVA
RECORRIDO : EDSON PEREZ ARO
RECORRIDO : FLORENCIO RIBEIRO
RECORRIDO : ARMINDO LEITE DE SIQUEIRA
ADVOGADO : WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE EXAMINA COMPETÊNCIA. ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRADO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. TAXATIVIDADE MITIGADA. URGÊNCIA NO JULGAMENTO IMEDIATO DA QUESTÃO. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO E SPPREV PROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO e SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV em face de acórdão de lavra do TJ/SP, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL - Agravo de Instrumento - Recurso tirado contra a r. decisão que reconheceu a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública - Decisão interlocutória que não enseja a interposição de agravo de instrumento - Hipótese não prevista no rol taxativo do artigo 1.015, do CPC - R. Decisão mantida. Recurso improvido.

2. Afirma a parte recorrente que é possível a interpretação extensiva do artigo 1.015 para abarcar o cabimento de Agravo de Instrumento

Superior Tribunal de Justiça

de decisões que versam sobre competência. Sustenta, outrossim, violação do art. 2o., § 3o da Lei Federal 12.153/2009, alegando que o objeto da lide trata de matéria complexa, com pretensão econômica que supera os 60 salários mínimos, pelo que não é passível de processamento nas Varas de Juizado Especial.

3. É o relatório.

4. O recurso comporta provimento.

5. Com efeito, a jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que, a despeito de não estar previsto expressamente no rol do art. 1.015 do Código Fux, é cabível a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão relacionada à definição de competência.

6. Isso ocorre porque o cabimento do Agravo de Instrumento no processo de conhecimento está previsto no rol do *caput* e incisos do art. 1.015 do Código Fux. Contudo, se admite a interposição do recurso quando se denota *urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação*, conforme se extrai da tese da taxatividade mitigada, fixada pela Corte Especial no REsp. 1.704.520/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 19.12.2018.

7. A urgência nos casos de decisão interlocutória que declina competência se revela evidente, notadamente em razão (i) das inarredáveis consequências de um processo que tramite perante um juízo incompetente; (ii) do risco da invalidação ou substituição das decisões; (iii) do malferimento do princípio da celeridade; (iv) de tornar inócua a discussão sobre a competência, já que os efeitos da decisão proferida poderão ser conservados pelo outro juízo, inclusive deixando de anular os atos praticados pelo juízo incompetente, havendo, por via transversa, indevida *perpetuação* da competência; (v) da angústia da parte em ver seu processo dirimido por juízo que, talvez, não seja o natural da causa. A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

(...)

5. *Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.*

6. *Recurso Especial provido* (Resp. 1.679.909/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 1o.2.2018).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE EXAMINA COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.015 DO CPC/2015 CONFIGURADA. TAXATIVIDADE MITIGADA. TEMA REPETITIVO N. 998.

I - Na origem, consiste a decisão atacada em declinatória de competência de Juízo Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo para Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da existência de conexão com a execução fiscal, autos em que o CADE visa à satisfação da multa oriunda do mesmo processo administrativo, ante a possibilidade de haver julgamentos contraditórios sobre a mesma situação fática. Interposto agravo de instrumento, o Tribunal de origem decidiu que não é recorrível por agravo de instrumento decisão declinatória de competência, diante da taxatividade do rol previsto no art. 1.015 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

II - O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, conforme assentado pela Corte Especial, no julgamento do Recurso Especial n. 1.704.520/MT (Tema Repetitivo n. 988, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 5/12/2018, DJe de 19/12/2018), admitindo-se a interposição de agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que versa sobre matéria de competência (REsp n. 1.679.909/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 1/2/2018). Precedentes: AgInt no RMS n. 55.990/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 5/2/2019, DJe 14/02/2019; AgInt no AREsp n. 1.370.605/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019.

III - Recurso especial provido (REsp. 1.800.696/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 19.8.2019).

2 2 2

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.015 DO CPC/2015. CABIMENTO. AGRAVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. COMPETÊNCIA. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA. INTERPRETAÇÃO MITIGADA.

1. *Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n.ºs 2 e 3/STJ).*

2. *O Superior Tribunal de Justiça, apesar de ter modulado os efeitos do julgamento do REsp n.º 1.704.520/MT quanto à aplicação do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015, possui entendimento no sentido de que deve ser admitida a interposição de agravo de instrumento quando a decisão interlocutória tratar de definição de competência. Precedentes.*

3. *Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 1.370.350/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 14.8.2019).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE DECLINOU DA

Superior Tribunal de Justiça

COMPETÊNCIA PARA UMA DAS VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA.

1. *O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que "Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda" (REsp 1.679.909/RS, Rel. MINISTRO LUÍS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14.11.17, DJe 1º/2/18).*

2. *Recurso Especial provido para, afastando o não cabimento do Agravo de Instrumento, determinar ao Tribunal de origem que prossiga no julgamento (REsp. 1.707.652/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 21.11.2018).*

8. Fica prejudicada a análise do artigo da Lei 12.153/2009, por ser esta atribuída à Corte de Origem.

9. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial da FESP e SPREV, a fim de que, reconhecido o cabimento do recurso nos termos da fundamentação supra, se prossiga no julgamento do Agravo de Instrumento como se entender de direito.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR